



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1387/1996

Que institui o regime de adiantamento para pequenas despesas.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o regime de adiantamento para pagamento de pequenas despesas na Administração Municipal de Passa Quatro que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria e esta Lei.

Art. 2º Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de uma Secretaria ou Departamento, a fim de lhe dar condições de realizar despesas que, por seu diminuto valor, natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal.

Art. 3º Os pagamentos a serem efetuados através do Regime de Adiantamento ora instituído restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e sempre em caráter de exceção

Art. 4º O adiantamento mensal de cada espécie de despesa não ultrapassará o valor do duodécimo da dotação correspondente.

Art. 5º Poderão realizar-se, sob o regime de adiantamento, os pagamentos decorrentes das seguintes espécies de despesas:

I – despesas com material de consumo;

II – despesas com serviços de terceiros;

III – despesas com diárias e ajuda de custo;

IV – despesas com transporte em geral;

V – despesas judiciais e cartorais;

VI – despesas com representação eventual;

VII – despesas extraordinárias e urgentes, cuja, realização não permita delongas;

VIII – despesas realizadas em lugar distante da sede do Município;

IX – despesas miúdas e de pronto pagamento.

Art. 6º Consideram-se despesas miúdas e de pronto pagamento, para os efeitos desta Lei, as que se realizaram com:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I – selos postais, telegramas, radiogramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e lanche, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos consertos, aquisição de livros, jornais e outras publicações.

II – artigos farmacêuticos e de laboratório, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo e imediato;

III – encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;

IV – outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que justificada.

Art. 7º As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal da despesa.

## CAPÍTULO II DAS REQUISIÇÕES E ADIANTAMENTOS

Art. 8º As requisições de adiantamento serão feitas pelos SECRETÁRIOS E CHEFES DE DEPARTAMENTOS, através de ofícios dirigidos ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Dos ofícios requisitórios de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

I – dispositivo legal em que se baseia;

II – identificação da espécie da despesa mencionando o item do artigo 5º no qual se classifica;

III – nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;

IV – dotação orçamentária a ser onerada;

V – prazo de aplicação.

Art. 10. O prazo de aplicação poderá ser mensal, mencionando-se, neste caso, o valor global do adiantamento, a quantia mensal a ser entregue e os meses de aplicação.

Art. 11. Na hipótese de adiantamento único, o ofício requisitório deverá esclarecer esse fato e fixar o prazo de aplicação.

Art. 12. Não se fará novo adiantamento:

I – a quem do anterior não haja prestado contas no prazo legal;

II – a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender notificação para regularizar prestação de contas.

Art. 13. Não se fará adiantamento:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I – para despesa já realizada;

II – para servidor que estiver respondendo a inquérito administrativo;

III – a servidor responsável por dois adiantamentos.

## CAPÍTULO III DO PERÍODO DE APLICAÇÃO

Art. 14. O adiantamento solicitado em base mensal somente poderá ser aplicado durante o mês a que se refere ou durante o período de trinta dias a contar da data de entrega do dinheiro ao responsável.

Art. 15. No caso de adiantamento único o período de aplicação será aquele estabelecido no ofício requisitório, conforme estabelecido no artigo 11.

Art. 16. Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

## CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO

Art. 17. O ofício requisitório será autuado e protocolado seguindo diretamente ao Gabinete do Prefeito para a competente autorização.

Art. 18. Os processos de adiantamento terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 19. Autorizada, a despesa será empenhada e paga com cheque nominal a favor do responsável indicado no processo.

Art. 20. No caso de adiantamento em duodécimos, a despesa será empenhada globalmente pelo total do período e, mensalmente, far-se-á o pagamento correspondente. Neste caso todos os pagamentos correrão pelo mesmo processo.

Art. 21. Cabe o Serviço de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei. Constatando algum defeito processual não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo informado, para os reparos que se fizerem necessários.

Art. 22. Efetuado o pagamento, o Serviço de Contabilidade inscreverá o nome do responsável no Sistema de Compensação em conta apropriada subordinada ao grupo 4.03.01 RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS.

Art. 23. Nos casos de adiantamento vultosos, poderá o responsável fazer saques parcelados na Tesouraria, mediante simples requisição contendo os números do processo, do empenho e o valor da parcela solicitada.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o período de aplicação, a que se referem os artigos 14 e 15, será contado a partir da data em que for entregue a primeira parcela.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## CAPÍTULO V DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 24. O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diferente daquela para a qual foi autorizado.

Art. 25. A cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante: nota fiscal, nota simplificada, cupom, recibo etc.

Art. 26. As notas fiscais serão sempre emitidas em nome do Município de Passa Quatro.

Art. 27. Os comprovantes de despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas, em hipótese alguma, segundas vias, outras vias, cópias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

Art. 28. Em todos os comprovantes de despesa constará o atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço e demais informações que possam melhor explicar a necessidade da operação.

Art. 29. Nenhuma despesa realizada pelo regime de adiantamento poderá ultrapassar o valor correspondente a duas vezes o salário mínimo vigente.

Parágrafo único. Ficam excluídas do limite estabelecido neste artigo as despesas correspondentes aos itens V, VI, VII e VIII do artigo 5.

## CAPÍTULO VI DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO

Art. 30. O saldo não utilizado será recolhido à Tesouraria Municipal, mediante guia de arrecadação onde constará o nome do responsável e identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 31. O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de 3(três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.

Art. 32. A tesouraria Municipal classificará o valor recolhido no grupo das receitas extra-orçamentárias.

Art. 33. O serviço de Contabilidade, à vista da guia de recolhimento, emitirá a nota de anulação correspondente, juntando uma via no processo. Registrará a anulação no Diário da Despesa Empenhada e no Diário da Despesa Realizada.

Art. 34. No mês de dezembro, todos os saldos de adiantamento serão recolhidos à Tesouraria Municipal até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

Art. 35. Se, eventualmente, algum saldo de adiantamento for recolhido no exercício seguinte, o valor será classificado como receitas diversas do exercício.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 36. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido, autuado-as juntamente com o respectivo processo que originou a liberação dos recursos.

Parágrafo único. A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

Art. 37. A prestação de contas far-se-á mediante entrada na Secretaria de Administração, dos seguintes documentos:

I - ofício conforme modelo a ser elaborado pela Secretaria de Administração;

II - impressos conforme modelos anexos à presente Lei;

III - relação de todos os documentos de despesas constando: número e data do documento, espécie de documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação a soma da despesa realizada;

IV - cópia do guia do recolhimento do saldo não aplicado, se houver;

V - documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência da relação mencionada no item III

VI - os documentos mencionados no item V, de medidas reduzidas, serão colocadas em folhas brancas tamanho ofício; em cada folha poderão ser colocados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns aos outros;

VII - em cada documento constará, obrigatoriamente: atestado de recebimento do material ou da prestação de serviço; a finalidade da despesa; o destino do material e outros esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita caracterização da despesa.

Art. 38. Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período de aplicação do adiantamento ou que se refira à despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Parágrafo único. Somente serão aceitos documentos originais, não admitindo outras vias, cópias, fotocópias ou outra espécie de reprodução.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Caberá à Secretaria de Administração a tomada das contas dos adiantamentos.

§1º Caso seja o Secretário de Administração o tomador do adiantamento, as contas serão prestadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo, que certificará o ocorrido e as aprovará, se considerá-las boas.

§2º Caso contrário, tomará as providências que entender necessárias.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 40. Recebida a prestação de contas, conforme dispõe o artigo 38, o Secretário de Administração verificará se as disposições da presente lei foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias, fixando prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las, após o que, dará o seu parecer, encaminhando-as ao Chefe do Poder Executivo para aprovação ou não, voltando à Secretaria de Administração para as seguintes providências;

I - no caso de as contas terem sido aprovadas

a) determinar a baixa da responsabilidade do tomador e regular registro da despesa realizada, bem como determinar o arquivamento do processo que ficará à disposição do Tribunal de Contas;

b) convidar o responsável para tomar ciência no próprio processo;

II - na hipótese da aprovação das contas condicionadas a determinadas exigências:

a) providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

b) adotar as medidas indicadas no item anterior II, letra “a”;

III - não tendo sido aprovadas as contas, seguir a orientação determinada pelo Chefe do Executivo Municipal em seu despacho final.

Art. 41. A Secretaria de Administração organizará um calendário para controlar as datas em que deverão entrar as prestações de contas de adiantamentos concedidos.

Art. 42. No dia útil imediato ao vencimento do prazo para a prestação de contas, sem que o responsável as tenha prestado, a Secretaria de Administração oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de três dias úteis para fazê-lo.

Parágrafo único. Na cópia do ofício o responsável assinará o recebimento da via original colocando de próprio punho a data do recebimento.

Art. 43. Não sendo cumprida a obrigação da prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, a Secretaria de Administração remeterá, no dia imediato, a cópia do ofício referido no parágrafo único do artigo 43 ao Chefe do Poder Executivo, que determinará a abertura de sindicância nos termos da legislação vigente.

Art. 44. Os casos omissos serão disciplinados por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 22 de maio de 1996.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal  
Paulo Roberto Moraes  
Secretário Municipal de Administração